



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
INSTITUTO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIA, CULTURA E ARTES
CURSO DE BACHARELADO EM FILOSOFIA

RAQUEL TAVARES DE SOUSA

**LÉLIA GONZALEZ A DESCOLONIZAÇÃO DO SABER: MATRIARCADO
AFRICANO, EPISTEMOLOGIA E RESISTÊNCIA DA MULHER NEGRA**

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2026

RAQUEL TAVARES DE SOUSA

**LÉLIA GONZALEZ A DESCOLONIZAÇÃO DO SABER: MATRIARCADO AFRICANO,
EPISTEMOLOGIA E RESISTÊNCIA DA MULHER NEGRA**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharel em Filosofia do Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel Lopes

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

S7251 Sousa, Raquel Tavares de.

Lélia Gonzalez a descolonização do saber: matriarcado africano, epistemologia e resistência da mulher negra / Raquel Tavares de Sousa. - 2026.

49 f. il.: color. 30 cm.

(Inclui bibliografia, p.47-48).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Cariri, Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes, Curso de Filosofia, Juazeiro do Norte, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel Lopes.

1. Mulher negra. 2. Descolonização do saber. 3. Amefricanidade. 4. Matriarcado africano. 5. Epistemologia negra. I. Lopes, Luiz Manoel - orientador. II. Título.

CDD 305.48

Bibliotecária: Maria Eliziana Pereira de Sousa – CRB 15/564

RAQUEL TAVARES DE SOUSA

**LÉLIA GONZALEZ A DESCOLONIZAÇÃO DO SABER: MATRIARCADO AFRICANO,
EPISTEMOLOGIA E RESISTÊNCIA DA MULHER NEGRA**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharel em Filosofia do Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Filosofia.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ MANOEL LOPES**
Data: 01/04/2026 14:49:27-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Manoel Lopes
Universidade Federal do Cariri (UFCA)
(Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **CAMILA DO ESPIRITO SANTO PRADO DE OLIVEIRA**
Data: 01/04/2026 18:29:28-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dra. Camila do Espirito Santo Prado de Oliveira
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Documento assinado digitalmente
 **REGIANE LORENZETTI COLLARES**
Data: 08/04/2026 19:39:17-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dra. Regiane Lorenzetti Collares
Universidade Federal do Ceará (UFC)

JUAZEIRO DO NORTE-CE 26 DE MARÇO DE 2026

*Dedico este trabalho à memória de meu pai,
Lidomar Augusto de Sousa, cuja ausência
física jamais apagou sua presença em minha
trajetória. Sua força, sua história e seu
legado seguem vivos em mim.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu esposo Benjamim Santos, que foi quem me incentivou a iniciar a graduação e esteve ao meu lado em todas as etapas desse percurso, oferecendo apoio, compreensão e força nos momentos mais difíceis.

Agradeço às minhas filhas Yasmin Evellyn e Yarlla Vitória, pela paciência diante das minhas ausências, pelo amor diário e por serem minha principal motivação para seguir em frente. Agradeço ao meu orientador, Dr. Luiz Manoel Lopes, pelas orientações, contribuições e acompanhamento ao longo da construção deste trabalho.

Eles combinaram de nós matar,
mas nós combinamos de não morrer

Conceição Evaristo (2018)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a desvalorização histórica da mulher negra a partir de uma perspectiva afrocentrada e descolonial, tomando como eixo central a contribuição de Lélia Gonzalez para reconstrução do saber filosófico e social. A pesquisa parte das reflexões de Cheikh Anta Diop sobre o matriarcado africano, demonstrando que muitas sociedades africanas pré-coloniais possuíam estruturas nas quais as mulheres ocupavam posições centrais nas esferas políticas, sociais e simbólicas. Argumenta-se que a colonização europeia, por meio da cristianização e da islamização, impôs um modelo patriarcal, responsável pelo enfraquecimento das lideranças femininas e pela marginalização da mulher negra tanto no continente africano quanto na diáspora. Nesse contexto, a filosofia da amefricanidade, desenvolvida por Lélia Gonzalez, é apresentada como uma crítica à colonialidade do poder e do saber, evidenciando a centralidade da experiência negra, especialmente a feminina, na formação das Américas. O trabalho também dialoga com as contribuições de Sueli Carneiro, Ângela Davis e Beatriz Nascimento, destacando a resistência da mulher negra como sujeito epistêmico e político e reafirmando a necessidade de uma filosofia comprometida com a ancestralidade, coletividade e a descolonização do saber.

Palavras-chave: mulher negra; descolonização do saber; amefricanidade; matriarcado africano; epistemologia negra.

ABSTRACT

This study aims to analyze the historical devaluation of Black women from an Afrocentric and decolonial perspective, taking Lélia Gonzalez's contribution as the central axis for the reconstruction of philosophical and social knowledge. The research is based on Cheikh Anta Diop's reflections on African matriarchy, demonstrating that many pre-colonial African societies were structured in ways that placed women in central political, social, and symbolic positions. It is argued that European colonization, through

processes of Christianization and Islamization, imposed a patriarchal model responsible for the weakening of female leadership and the marginalization of Black women both on the African continent and in the diaspora. In this context, the philosophy of Amefricanity, developed by Lélia Gonzalez, is presented as a critique of the coloniality of power and knowledge, highlighting the centrality of Black experience, especially that of Black women, in the formation of the Americas. The study also engages with the contributions of Sueli Carneiro, Angela Davis, and Beatriz Nascimento, emphasizing the resistance of Black women as an epistemological, ethical, and political axis. Methodologically, the research adopts a qualitative and bibliographic approach, seeking to value Black women as epistemic and political subjects and to reaffirm the need for a philosophy committed to ancestry, collectivity, and the decolonization of knowledge.

Keywords: black women; Decolonization of knowledge; amefricanity; African matriarchy; black epistemology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. As Concepções Históricas da África e o Matriarcado	12
2.1A Construção Eurocêntrica da África como “ Terra sem História”	12
2.2 África como Centro Civilizacional e a Transição Patriarcal como Imposição Colonial	14
2.3 Matriarcado e Patriarcado: Concepções e Distinções.	17
3. Lélia Gonzalez e a Filosofia da Amefricanidade.	22
3.1 Conceito de Amefricanidade.	22
3.2 Raça,Gênero e Colonialidade.	24
3.3 A Mulher Negra como Sujeito Epistêmico	27
3.4 Epistemologia da Resistência	31
4. Pensadoras Negras e suas Contribuições	34
4.1 Sueli Carneiro e a crítica ao epistemicídio: raça,gênero e descolonização do saber.	34
4.2 Angela Davis e o pensamento feminista negro como pratica de resistencia.	36
4.3 Beatriz Nascimento: memória, quilombo e a reconstrução da história negra.	39
5 Conclusão	43
Referências	47

1 Introdução

Esse trabalho propõe analisar a desvalorização da mulher negra através de uma perspectiva histórica e interseccional, iniciando-se na obra de Cheikh Anta Diop, *A Unidade Cultural da África Negra: Esferas do Patriarcado e Matriarcado na Antiguidade Clássica* (2014). A pesquisa trabalha na maneira como a colonização transformou profundamente as dinâmicas de gênero, marginalizando a mulher negra tanto na África quanto nas comunidades da diáspora. Conforme destaca Diop (2014), às sociedades africanas pré-coloniais eram, em muitos casos, estruturadas em sistemas matriarcais ou com uma significativa participação feminina nas esferas de poder.

Essa estrutura foi afetada através dos processos de cristianização e islamização que além da desvalorização das estruturas matriarcais africanas enfraqueceram o papel político das mulheres transformando suas lideranças femininas tradicionais em posições inferiores, impondo autoridade masculina. Essa destruição de estruturas ancestrais deixa claro que o patriarcado em África foi uma imposição externa e não uma cultura patriarcal africana por origem, esse acontecimento também afetou as sociedades da diáspora africana.

A história da filosofia ocidental foi construída a partir de uma narrativa que traz vantagem para a racionalidade europeia como centro de produção de conhecimento, desconsiderando, silenciando e marginalizando as formas de saber originárias do continente africano e de seus povos diaspóricos. Esse apagamento não se restringe ao campo do pensamento, mas também envolve as estruturas sociais, culturais e políticas que sustentaram a marginalização histórica da mulher negra.

Essa desvalorização da figura feminina, em particular da mulher negra, manteve-se ao longo da história, sendo reforçada por mecanismos racistas e sexistas que excluíram essas mulheres das esferas de poder, tanto nas sociedades africanas pós-coloniais quanto nas comunidades da diáspora.

Em resposta a essa exclusão, pensadoras negras africanas e afro-brasileiras reivindicaram o direito de falar, pensar e produzir conhecimento a partir de suas próprias experiências e referências ancestrais. Nesse contexto o presente trabalho busca apresentar a filosofia da amefricanidade de Lélia Gonzalez e como ela contribui

para a descolonização do saber, reconhecendo a presença negra na formação das américas, e colocando a mulher negra como produtora de conhecimento buscando a valorização da identidade e da contribuição das mulheres negras, propondo uma reconstrução do saber tendo como base a ancestralidade, a coletividade e a resistência. Valorizando a mulher negra como sujeito epistêmico.

O trabalho tem como objetivo geral a análise de como Lélia Gonzalez contribui para a descolonização do saber com base na valorização do matriarcado africano, e em como ele contribui na resistência da mulher negra. Como objetivos específicos, busca-se compreender o matriarcado africano em Diop; explorar a amefricanidade em Gonzalez como também sua crítica à colonialidade do poder e do saber; destacar Sueli Carneiro, Ângela Davis e Beatriz Nascimento como pensadoras da resistência, refletindo sobre a articulação entre epistemologia, ética e política sobre a centralidade da mulher negra.

Adotando uma abordagem qualitativa e bibliográfica, irei explorar as contribuições teóricas das obras de Lélia Gonzalez, Cheikh Anta Diop, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento e Ângela Davis e sua importância na reconstrução de uma epistemologia negra e descolonizada. O presente trabalho é desenvolvido em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, discute-se a história do matriarcado africano com base em Cheikh Anta Diop evidenciando o apagamento dessa estrutura pelas narrativas eurocêtricas.

O segundo capítulo apresenta a filosofia da amefricanidade de Lélia Gonzalez explorando as relações entre raça, gênero, colonialidade e epistemicídio. Já o terceiro capítulo aborda as contribuições de pensadoras negras contemporâneas, como Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento e Ângela Davis destacando a continuidade do projeto de descolonização do saber iniciado por Lélia Gonzalez.

Dessa forma, esse trabalho pretende contribuir para que a mulher negra seja reconhecida como sujeito epistêmico e político, reforçando a necessidade de pensar a filosofia e a história por um cenário afrocentrado e feminino que valorize a ancestralidade, a resistência e a produção de saberes.

2 As Concepções Históricas da África e o Matriarcado.

Este capítulo tem como objetivo discutir as concepções históricas da África a partir da perspectiva de Cheikh Anta Diop (2014), evidenciando como a historiografia eurocêntrica produziu distorções profundas sobre o continente africano, suas estruturas sociais e, especialmente, sobre o papel do matriarcado. Busca-se demonstrar que a construção da imagem da África como um território sem história, sem racionalidade e “sem lei” esteve diretamente vinculada aos interesses coloniais, que justificavam a dominação e o apagamento cultural.

A partir da obra *A Unidade Cultural da África Negra: Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica*, analisaremos como Diop desconstrói essa narrativa ao apresentar a África como um centro civilizacional complexo, organizado e portador de sistemas sociais próprios, no qual o matriarcado ocupava papel estruturante. Por fim, será discutido como a transição para o patriarcado, longe de ser um processo natural ou evolutivo, foi resultado de um projeto colonial que desmantelou as organizações comunitárias africanas e rebaixou a figura da mulher negra.

2.1 A Construção Eurocêntrica da África como “Terra sem História”.

Na obra “*A Unidade Cultural da África Negra: Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica*” de Cheikh Anta Diop (2014) é nos mostrado que precisamos avaliar a história da África longe das concepções hegelianas, que defendia o modelo Europeu como uma liderança universal, onde só as formas de progresso do desenvolvimento humano europeus era visto como um verdadeiro saber científico, ou até mesmo o único racional.

Colocando em evidência um monopólio do saber eurocêntrico que apagava as memórias do continente africano, mais do que isso marginaliza e distorce a organização dos sistemas africanos que tinham como base suas próprias crenças espirituais, familiares, económicas, políticas e formas próprias de transmissão de conhecimento.

Diop defendia que para ter um conhecimento verdadeiro da história da África, fazia-se necessário uma volta ao passado ao afirmar isso na seguinte frase: “Só um verdadeiro conhecimento do passado é possível de manter na consciência o sentimento de uma Continuidade histórica, indispensável para a consolidação de um estado multinacional”(Cheik Anta Diop,2014,p.11).Para ele estava claro que era necessário reescrever a história da África trazendo de volta suas tradições culturais, sociais e políticas.

E ao aprofundar no texto fica evidente que o fenômeno etnocêntrico nada mais é que um esquema de dominação que negou ao povo africano sua subjetividade e reconhecimento de sua participação na história da humanidade. Autores eurocêntricos afirmavam que os povos africanos estavam muito distantes da ideia de “homem civilizado” pregada por eles, nessa afirmação eles sustentaram a ideia de que colonizá-los seria os tornar “civilizados”, essa imposição validava a escravidão, o racismo, a exclusão do povo africano da forma de pensar o mundo, deixando de lado os ricos saberes africanos e o modo como a África se organizava em sistemas matriarcais, suas estruturas comunitárias e tradições religiosas.

A África se organizava socialmente pelo sistema matriarcal, ou seja, era evidenciada a matrilinearidade, onde a descendência é contada a partir da mãe, e a mulher tinha papel central na manutenção da vida e era reconhecida por sua importância nas relações sociais, espirituais, familiares e econômicas essa organização tinha como base a coletividade, a ancestralidade e o cuidado com a natureza. O matriarcado está longe de ser uma hierarquia, ele é baseado na reciprocidade. Diop (2014) defendia que o matriarcado foi base de várias civilizações africanas, todas baseadas nesses valores.

Em sua obra, Diop (2014) apresenta três formas ocidentais de ver a história do Matriarcado. A primeira consiste na visão eurocêntrica que reconhecia a existência de sociedades matriarcais, mas as considerava um estágio primitivo da evolução social, afirmando que o patriarcado seria o ápice da “civilização”. Essa interpretação reforçava uma linearidade falsa, sustentando que o matriarcado era irracional, selvagem e temporário uma teoria evolucionista que ignorava as tradições africanas e servia como justificativa para o colonialismo.

Diop argumenta que as leituras eurocêntricas sobre a África não resultam de equívocos acadêmicos, mas de um projeto ideológico construído para sustentar a superioridade europeia. Para ele, a produção historiográfica ocidental atuou conscientemente no sentido de excluir a África do campo da história, apresentando seus povos como incapazes de elaborar sistemas civilizatórios complexos. Essa estratégia serviu para consolidar a visão de que as sociedades africanas eram desprovidas de racionalidade, cultura e organização política, uma imagem criada para atender aos interesses coloniais.

Nesse mesmo sentido, a ideia de que o continente africano seria uma “terra sem lei” funcionou como justificativa para a dominação europeia. A representação dos africanos como povos incapazes de se autogovernar legitimou a intervenção colonial. Entretanto, Diop demonstra que, muito antes da presença europeia, os povos africanos possuíam estruturas políticas, econômicas e espirituais sólidas e completas, que garantiam a concordância social e o funcionamento de suas comunidades. Assim, a narrativa do atraso africano revela-se uma construção destinada a sustentar o imperialismo.

2.2 África como Centro Civilizacional e a Transição Patriarcal como Imposição Colonial

A interpretação da África como centro civilizacional representa um dos principais fornecimentos teóricos de Cheik Anta Diop a historiografia africana e a filosofia. Ao questionar a centralidade europeia como padrão de civilização, o autor evidencia que a produção historiográfica ocidental operou de forma sistemática para excluir a África do campo da história, representando seus povos como incapazes de desenvolver sistemas sociais, políticas e culturais elaborados. Essa exclusão não se deu de forma neutra, mas estava profundamente vinculada aos interesses do colonialismo e a necessidade de legitimar a dominação europeia.

Nesse sentido, a África foi frequentemente apresentada como um espaço marcado pelo atraso, pela irracionalidade e pela ausência de instituições legítimas. Tal representação consolidou a ideia de que o continente necessitava da intervenção

européia para alcançar algum grau de organização social. Diop, ao contrário, demonstra que muito antes da presença colonial, as sociedades africanas possuíam estruturas políticas equilibradas, economias organizadas, sistemas jurídicos próprios e uma elaborada proporção espiritual, que asseguravam a aliança social e o funcionamento das comunidades.

A centralidade do matriarcado africano insere-se nesse contexto como elemento fundamental da organização civilizatória do continente. Para Diop, o matriarcado não deve ser compreendido como um estágio primitivo ou limitado da história humana, mas como uma forma específica e legítima de organização social, sustentada por valores éticos próprios. A mulher ocupava posição de destaque não apenas no âmbito familiar, mas também na vida política, econômica e espiritual, sendo responsável pela transmissão da memória coletiva, pela preservação dos saberes ancestrais e pela mediação das relações comunitárias.

Essa lógica civilizatória, fundada na coletividade, na reciprocidade e no equilíbrio entre sociedade e natureza, diverge profundamente com o modelo patriarcal europeu, baseado na hierarquização rígida, na centralização do poder e na subordinação feminina. A historiografia eurocêntrica, ao interpretar o patriarcado como sinônimo de progresso, desqualificou as sociedades matriarcais africanas, classificando-as como atrasadas ou incompletas. Essa leitura não apenas distorce a realidade histórica, mas serviu como instrumento ideológico para justificar a colonização.

A transição do matriarcado para o patriarcado nas sociedades africanas, portanto, não pode ser entendida como um processo natural de evolução social. Conforme argumenta Diop, trata-se de um rompimento histórico provocado pela colonização, que impôs modelos europeus de organização social e política. Esse processo desestruturou instituições tradicionais, deslegitimou a autoridade feminina e alterou profundamente as relações de poder no interior das comunidades africanas.

A imposição do patriarcado colonial produziu efeitos duradouros sobre a posição da mulher negra, que passou a ocupar um lugar de dupla marginalização: enquanto africana, submetida à lógica racial do colonialismo, e enquanto mulher, rebaixada por um sistema patriarcal externo às suas tradições. Esse deslocamento

histórico explica, em grande medida, a desvalorização social, política e simbólica da mulher negra nos contextos pós-coloniais, cujos efeitos ainda se fazem presentes na contemporaneidade.

Essa leitura é reforçada por Yoporeka Somé ao afirmar que a reconstrução do pensamento africano exige um retorno consciente às suas matrizes civilizatórias, em especial ao Egito Antigo. Para o autor, a reconciliação da África com sua própria história é condição indispensável para a construção de um corpo de ciências humanas modernas e para a renovação da cultura africana. Segundo Somé:

[...] o retorno ao Egito em todos os domínios é a condição necessária para reconciliar as civilizações africanas com a história, para construir um corpo de ciências humanas modernas, para renovar a cultura africana. O Egito desempenhará, na cultura africana repensada e renovada, o mesmo papel que as antiguidades greco-latinas na cultura ocidental (SOMÉ, 2016, p. 99).

A partir dessa perspectiva, o afrocentramento surge como um projeto epistemológico e político que busca deslocar o olhar sobre a África, rompendo com explicações eurocêntricas e recolocando o continente como produtor legítimo de conhecimento. Assim como a cultura ocidental se estruturou a partir da valorização das heranças greco-latinas, a reconstrução do pensamento africano passa pelo reconhecimento do legado egípcio como fundamento filosófico, ético e civilizatório.

O apagamento do Egito africano e a desqualificação do matriarcado não foram processos acidentais, mas estratégias centrais do colonialismo. Ao negar a historicidade e a racionalidade africanas, o projeto colonial comprometeu a autonomia intelectual do continente e produziu um profundo esvaziamento simbólico de seus saberes. Esse processo de apagamento histórico e epistemológico antecipa aquilo que será posteriormente conceituado como epistemicídio, ou seja, a destruição sistemática dos conhecimentos produzidos por povos subjugados.

Resgatar a África como centro civilizacional e reconhecer o matriarcado como base ética de muitas sociedades africanas significa, portanto, enfrentar criticamente os efeitos do colonialismo sobre a história e a cultura do continente. Trata-se de um movimento de reconstrução histórica que não idealiza o passado, mas busca restituir a

complexidade das experiências africanas, reconhecendo seus povos como sujeitos plenos da história, da cultura e do pensamento filosófico.

2.3 Matriarcado e Patriarcado: Concepções e Distinções.

Para falar de Matriarcado, primeiro devemos entender que ele foi interpretado de formas diferentes. Na África como destacar Diop (2014) o matriarcado era um sistema de organização coletiva sendo a mulher figura de destaque tendo seu papel social, político e espiritual valorizados.

Na visão do autor, o matriarcado africano foi uma estrutura civilizatória a qual ele chama de “berço civilizatório meridional” onde os sistemas matriarcais precedentes ao patriarcado tinham uma base cultural e social onde a mulher, por sua ligação com a fertilidade, e a terra ser considerada fonte de vida era responsável pelo cultivo, por preservar os recursos e pela distribuição dos alimentos, sendo vista como guardiã da terra, sua fertilidade e maternidade eram vistas como forças sagradas que se conectam a natureza e a espiritualidade se tornando mediadora com os ancestrais, a harmonia com a natureza era um princípio ético.

No matriarcado africano a mulher tem papel central na linhagem, onde a transmissão da herança, do nome, da terra é feita de forma matrilinear, a descendência é contada a partir da mãe, a mulher ocupa o centro das relações sociais, espirituais, familiares e econômicas, a fertilidade é valorizada como símbolo de criação, continuidade e abundância. A organização da comunidade era feita de forma coletiva e harmônica as decisões são feitas em colaboração, no cuidado recíproco e não na hierarquia forçada, o modelo de sociedade matriarcal africano não é dominação dos homens é complementaridade dos papéis, ou seja, homens e mulheres têm funções diferentes, mas valorizados igualmente.

Em contraste, o patriarcado europeu estabeleceu hierarquias rígidas e colocou os homens, especialmente os mais velhos no centro do poder social, político e familiar, reforçando a dominação dos corpos femininos, sua sexualidade e liberdade.

A imposição da visão patriarcal europeia foi um projeto colonial destinado a destruir estruturas sociais autônomas. A centralidade da mulher africana como guardiã da terra, da memória e da ancestralidade foi violentamente atacada. A colonização reduziu as mulheres negras à função de reprodutoras de mão de obra, instaurou a divisão sexual e social do trabalho e promoveu a marginalização dupla: de gênero e de raça.

Se no contexto africano o matriarcado é representado na autenticidade histórica e cultural perceptível e estruturada nas bases sociais, políticas e econômicas, no Ocidente esse termo surgiu no século XIX e era colocado como uma etapa primitiva da humanidade. Na obra *A Unidade Cultural da África Negra*, Diop (2014) nos apresenta 3 autores clássicos do pensamento ocidental, um deles é Johann Jakob Bachofen que foi responsável por colocar o matriarcado visto por uma interpretação errônea de que seria um estágio pré histórico, anterior ao desenvolvimento da razão e da lei.

Nesse contexto o matriarcado é colocado como sendo uma fase não racional, esse “matriarcado” para eles não foi uma sociedade concreta, era visto como uma hipótese dos estágios do desenvolvimento histórico da humanidade, eles reforçaram a ideia de que qualquer sociedade patriarcal seria temporária, que a transferência de herança pela matrilinearidade era algo selvagem, que o papel da mulher é associado a fertilidade, essas características do ‘matriarcado ocidental’ e apenas uma teoria evolucionista, que tende a colocar o matriarcado como um estágio anterior ao patriarcado tendo como descrições uma construção especulativa eurocêntrica.

Essa especulação causa uma desvalorização e negação da legitimidade da história e cultura africana, apagando as tradições africanas e as colocando como atrasadas, pois seguindo essa ideia iria servir como justificativa para o colonialismo colocando as sociedades matriarcais como algo selvagem pois segundo esse sentido caberia a Europa promover a “civilização”, desse modo a imposição do patriarcado foi considerado um sistema avançado de organização social, ocasionando o apagamento histórico da mulher.

Diferente do matriarcado Africano que era baseado no apoio contínuo, na complementariedade e os papéis desenvolvidos pelos homens era igualmente

valorizados, na organização do patriarcado é feita pela centralidade masculina, a hierarquia e dominante, onde os homens principalmente os mais velhos detêm o poder e são vistos como superiores na família e na sociedade, eles se baseiam na dominação e controle dos corpos femininos, sua sexualidade, seus direitos, sua liberdade fortalecendo a ideia que a mulher é propriedade do homem, seja ele pai, marido ou irmão.

O estabelecimento das estruturas patriarcais ocidentais, trazidas pelo processo colonizador, teve um impacto devastador nas dinâmicas de gênero das sociedades africanas. Cheikh Anta Diop argumenta que, antes da colonização, muitas sociedades africanas tinham uma organização social matriarcal ou, ao menos, mais equilibrada em termos de gênero.

Ele afirma que "nas sociedades africanas da antiguidade, o matriarcado não só prevalecia, como também conferia à mulher um papel de destaque nas decisões políticas e sociais" (DIOP, 2014, p. 52). Essa perspectiva contrasta fortemente com as estruturas patriarcais impostas pelos colonizadores, que distanciaram a mulher negra para uma posição de subordinação, tanto em seu contexto cultural original quanto nas sociedades da diáspora.

A audácia dos europeus em reivindicar sua visão patriarcal, hierárquica e cristã não foi nada mais que um projeto colonial, que visava destruir estruturas sociais autônomos, como por exemplo as comunidades africanas, substituindo o modelo de família matrilinear e impondo a centralidade da autoridade masculina, subordinando as mulheres e enfraquecendo seu papel como guardiã da terra, da memória e ancestralidade, reduziu as mulheres negras a função de reprodutoras de mão de obra, criou uma divisão sexual e social do trabalho que não existiam nas comunidades africanas, as mulheres foram expostas a uma dupla marginalização de gênero e raça.

A colonização não apenas impôs novos modelos políticos e econômicos às sociedades africanas, mas também transformou profundamente suas dinâmicas de gênero. As estruturas patriarcais ocidentais ultrapassaram as formas tradicionais de organização social, muitas das quais, como apontado por Cheikh Anta Diop (2014), valorizavam o papel da mulher negra em posições de liderança e centralidade social.

Essa desvalorização da figura feminina, em particular da mulher negra, manteve-se ao longo da história, sendo reforçada por mecanismos racistas e sexistas que excluíram essas mulheres das esferas de poder, tanto nas sociedades africanas pós-coloniais quanto nas comunidades da diáspora. A interseccionalidade dessas opressões gera um cenário difícil, onde o patriarcado e o racismo operam de forma conjunta para marginalizar a mulher negra.

A análise desenvolvida neste capítulo permitiu compreender como a historiografia eurocêntrica produziu uma leitura distorcida da África, apagando sua complexidade social, política e espiritual. A partir das contribuições de Cheikh Anta Diop (2014), ficou evidente que a marginalização da história africana não foi fruto de simples equívocos acadêmicos, mas de um projeto ideológico que buscava legitimar a dominação colonial. Ao classificar o continente como “terra sem história” ou “terra sem lei”, o pensamento ocidental estabeleceu uma narrativa que excluiu os povos africanos da condição de produtores de conhecimento e civilização, reforçando a ideia de que cabia à Europa “civilizá-los”.

Ao longo do capítulo, demonstrou-se que, muito antes do contato com o Ocidente, a África possuía sistemas sociais altamente desenvolvidos, organizados e coerentes com suas tradições culturais. A estrutura matriarcal apresentada por Diop baseada na coletividade, na complementaridade dos papéis, na centralidade da mulher como guardiã da terra, da ancestralidade e da vida revela a existência de um paradigma civilizatório distinto do modelo patriarcal europeu. O matriarcado, longe de representar um estágio primitivo, constituiu um sistema ético, político e espiritual sólido, sustentado por relações comunitárias e por uma visão de mundo profundamente ligada à natureza e à espiritualidade.

A imposição do patriarcado europeu através da colonização configurou uma ruptura violenta nesse modelo. O projeto colonial destruiu linhagens matrilineares, reduziu o papel político das mulheres, implantou hierarquias rígidas e instaurou novas relações de poder baseadas no controle dos corpos femininos, especialmente os corpos das mulheres negras.

Como discutido, esse processo gerou não apenas um apagamento histórico, mas também um epistemicídio a negação sistemática dos saberes africanos, seus modos de organização e suas cosmologias. Desse modo, compreender o matriarcado africano e a forma como ele foi reinterpretado ou distorcido pela perspectiva eurocêntrica é fundamental para recuperar a verdade histórica do continente e revelar a violência simbólica que sustentou o colonialismo.

A reconstrução dessa memória, conforme defendido por Diop, permite não apenas reinscrever a África no centro da história, mas também reconhecer a potência civilizadora das sociedades africanas e o protagonismo das mulheres negras. Assim, este capítulo evidenciou que a discussão sobre matriarcado e patriarcado não se limita a modelos familiares ou diferenças culturais, mas envolve disputas profundas sobre poder, saber e identidade. Ao recuperar as estruturas sociais africanas e denunciar o apagamento colonial, abre-se caminho para refletir, nos capítulos seguintes, sobre a resistência intelectual, política e epistemológica construída por pensadoras africanas e afro-brasileiras frente à desvalorização histórica da mulher negra.

3 Lélia Gonzalez e a Filosofia da Amefricanidade

O presente capítulo tem como objetivo aprofundar a contribuição teórica de Lélia Gonzalez para a construção de uma filosofia afro-diaspórica, analisando a categoria de Amefricanidade enquanto ferramenta crítica de leitura das Américas. Para isso, o capítulo discute inicialmente o conceito criado por Gonzalez e sua relação com as heranças culturais africanas presentes nos territórios latino-americanos, mostrando como essa categoria rompe com o paradigma eurocêntrico e revela a resistência ancestral dos povos negros.

Em seguida, aborda-se a articulação entre raça, gênero e colonialidade, evidenciando como a colonização estruturou hierarquias de poder que marginalizam sistematicamente a mulher negra. A partir da crítica de Lélia, compreende-se que o racismo não é apenas uma consequência histórica, mas uma estratégia política que produz exclusão e reafirma o mito da democracia racial no Brasil.

Por fim, o capítulo se dedica a analisar a mulher negra como sujeito epistêmico, mostrando como Lélia denuncia o epistemicídio e reivindica a centralidade da experiência negra como produtora de conhecimento. Assim, o capítulo busca demonstrar que a filosofia da amefricanidade não é apenas um conceito teórico, mas uma epistemologia insurgente que propõe novas formas de pensar o mundo a partir da ancestralidade africana.

3.1 Conceito de Amefricanidade.

Na geologia, Gondwana foi um supercontinente que reunia o que hoje conhecemos como América do Sul, África, Antártida, Austrália e Índia. Esse unificado geográfico e histórico deixa em evidência que a África foi relevante de forma biológica, geológica, cultural e civilizatória reforçando a tese da existência de uma unidade cultural entre o continente africano e a América, essa mesma unidade foi negada e marginalizada pelas narrativas eurocêntricas.

Essa ligação não é só geográfica, ela é memória ancestral, que permanece e resiste no corpo, na língua e nos saberes dos povos afro-latino-americanos. Para Lélia (2018) os africanos e indígenas fizeram parte da constituição cultural das Américas, desse modo a presença negra não é só vista no Brasil, mas abrange toda a América e se faz necessário a criação de uma categoria ampla que dialogasse com a história, a antropologia, a filosofia, a política, a sociologia etc.

Essas e muitas outras marcas que evidenciam a presença negra na construção cultural do continente americano, levaram-me a pensar a necessidade de elaboração de uma categoria que não se restringe apenas ao caso brasileiro e que, efetuando uma abordagem mais ampla, levasse em consideração as exigências da interdisciplinaridade. Desse modo, comecei a refletir sobre a categoria de amefricanidade. (Gonzalez, 2018, p.323)

Essa é uma categoria político-cultural que visa evidenciar que a experiência negra na América não está limitada ao Brasil e sim nas Américas, reorientando a leitura da formação dessas por meio de uma centralidade afro diaspórica e da resistência dos povos subalternizados, que além de sobreviverem, também são sujeitos que produzem cultura, política e filosofia superando fronteiras linguísticas e coloniais, provando a existência histórica e epistemológica dos povos afro-latino-americanos, como também o epistemicídio esmagador que desqualificou, marginalizar e apagou suas contribuições. Conhecendo a centralidade histórica e a riqueza de saber da África, podemos discorrer como o processo de colonização modela relações de raça e gênero, causando exclusão, marginalização e o apagamento que Lélia critica em sua filosofia da Amefricanidade.

O conceito da filosofia da amefricanidade não está ligado apenas para mostrar a presença africana na formação das américas mas como forma de romper com o eurocentrismo e ver o mundo a partir de uma filosofia descolonizadora reconhecendo que a cultura brasileira e latino-americana, como nossa forma de ser, falar, sentir e pensar e profundamente marcada pela presença africana, essa presença está na língua que carrega ritmos, expressões e formas de comunicação únicos dos povos africanos escravizados, está nas músicas como o samba e o maracatu, nas danças de roda e nos sistemas de crença como o candomblé e a umbanda que resgatam a ancestralidade

africana. Lélia reconhece nessas manifestações sobrevivências culturais que nos mostra que a cultura negra não é apenas cultura popular, mas uma filosofia viva que é capaz de questionar o poder e reconstruir o saber.

O conceito de amefricanidade é também uma forma de epistemologia insurgente que de forma contínua e marcada por adaptação, resistência, reinterpretação e criação, de um saber estabelecido pela experiência onde o passado e o presente se unem para garantir a força da identidade negra nas américas, tendo a mulher negra como guardiã e transmissora da memória ancestral, seu corpo sendo território de resistência, das marcas da opressão e da força criadora de um saber que ultrapassa a violência histórica deixando de ser personagem inferior da história e se posicionando como sujeito epistêmico construindo novas formas de pensar o mundo, pois pensar com base na amefricanidade e pensar com resistência.

Portanto, a amefricanidade, enquanto filosofia sugere uma descentralização da história e do saber europeu, buscando identificar-se como herdeiro das tradições africanas e americanas e exigir o direito de existir, pensar e produzir conhecimento onde a experiência negra não é objeto, mas sujeito de reflexão filosófica. Dessa forma a amefricanidade é muito mais que um conceito, torna-se uma filosofia de vida, uma forma de pensar e agir no mundo.

3.2 Raça, Gênero e Colonialidade

A articulação entre raça, gênero e colonialidade, só deixa evidente como a colonização marginaliza a mulher negra de forma sistemática, colocando a branquitude como padrão civilizatório, e a compreensão de que o racismo foi uma estratégia, foi intitulado por Lélia(2018) como essencial para assegurar hierarquias sociais: “Quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenha um papel fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador pelos colonizados.”(Gonzalez,2018,p.324)

Sendo assim, essa ideia de superioridade onde o colonizador se colocava como superior, civilizado, detentor da razão, da cultura e do desenvolvimento só reforçou a ideia de que o povo negro era inferior, tão “selvagens” ao ponto de serem

incapazes de governar a si mesmo e essa imposição foi gradualmente absorvida e muitas das vezes aceita pelos povos marginalizados, daí tiramos que o racismo não é só consequência do colonialismo, mais foi uma construção consciente para danificar a identidade cultural dos povos dominados, marginalizado a história, a cultura, as tradições e seus corpos. Essa construção também foi responsável pela ligação entre raça e gênero, onde a mulher negra sofre dupla opressão: o racismo que torna sua existência desumana e o sexismo que reduz a papéis de subalternidade, esse padrão de gênero percorre a história da mulher negra até os dias atuais deixando evidente as marcas deixadas.

Quando falamos de racismo no Brasil é possível observar que “Já no caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado ou, como eu o classifico, o racismo por denegação (Gonzalez,2018,p.324).Nessa análise a autora diz que o racismo se esconde atrás do mito da democracia social, ou seja ele é estruturado nas desigualdades de acesso à educação,saúde,emprego e na desvalorização da cultura negra, reforçando práticas discriminatórias que pregam uma convivência harmônica e misógina, tornando o racismo mascarado no discurso mas presente nas práticas sociais consolidando a marginalização e exclusão da população negra, principalmente as mulheres.

Lélia aponta a lei(1390/51) Afonso Arinos de 1951 como um símbolo para a narrativa brasileira de que “todos são iguais perante a lei” camuflando a exclusão real da população negra e colocando o racismo apenas como um resquício histórico, ela denuncia que as instituições do Estado usam dessa lei para manter o controle simbólico e social sobre a população negra deslegitimando o racismo estrutural que é reproduzido na política, na economia e nas epistemologias da sociedade, ao afirmar que o racismo é só um problema de classe estão excluindo a experiência negra e a necessidade de uma epistemologia própria.

O racismo por negação e a exaltação da miscigenação e como um mecanismo de apagamento das diferenças raciais que reforça o mito da democracia racial que sugere que a mistura de raça é o suficiente para garantir a ideia de que o Brasil é racialmente harmonioso e ignorando que os negros ocupam os espaços sociais mais baixos e sofrem discriminação em diversos espaços, sendo marginalizados.

Essa exclusão foi produzida historicamente e socialmente, e para entendermos melhor é necessário mostrar a trajetória histórica da mulher negra. Lélia (2018) questiona “e a mulher negra, qual a sua situação enquanto escrava?” (Gonzalez, 2018, p. 38). Ela busca nos mostrar que mesmo quando se fala em escravidão as mulheres são esquecidas, quase como se fossem coadjuvantes da própria história e a autora quer resgatar sua trajetória, mostrar que ela não só existiu como também resistiu e teve um papel central. Homens e mulheres foram escravizados, mas a mulher também era hipersexualizada tendo seus corpos constantemente abusado por senhores e feitores, além disso era obrigada a gerar filhos que só tinham a escravidão como futuro, ou morriam de fome ou eram vendidos enquanto seu trabalho doméstico era explorado. nesse sentido Lélia (2018) propõe que a experiência da mulher negra seja admitida como única, com sofrimentos e resistência própria.

Mesmo após a abolição, a mulher negra é constantemente ignorada seja no mundo do trabalho, onde foi empurrada para o trabalho mais invisível, mal pago e explorado como o trabalho doméstico, como se o seu papel na sociedade fosse servir sem reconhecimento, proteção e valorização. Ou recorrem ao que Lélia (2018) denuncia como “a profissão de mulata e exercida por jovens negros, que num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se a exposição de seus corpos” (Gonzalez, 2018, p. 45) ou seja, tanto no Brasil escravocrata e pós-escravidão o corpo da mulher negra foi reduzido a objeto sexual e de entretenimento não só individual mas social, na base que é vendida como símbolo da identidade nacional seja no samba, carnaval ou como símbolo da sensualidade brasileira, negando a história e intelectualidade dessas mulheres. Essa identidade forçada servia como forma de validação do racismo e do sexismo, prendendo a mulher negra na hipersexualização.

Lélia (2018) faz crítica ao feminismo branco “A exploração da mulher negra enquanto objeto sexual é algo que está muito além do que pensam ou dizem os movimentos feministas brasileiros geralmente liderados por mulheres da classe média branca” (Gonzalez, 2018, p. 47), ela vê uma limitação que ignora ou silencia as particularidades da opressão vivida pela mulher negra, muitas das feministas brancas lutam pelo direito ao trabalho ou a educação, do outro lado a mulher negra sempre trabalhou em condições de exploração extrema e sem reconhecimento social. O

feminismo hegemônico é pautado na universalidade e não engloba a violência extrema e sexual que as mulheres negras sofrem.

Em sua crítica ao feminismo hegemônico latino-americano Lélia(2020) nos apresenta um feminismo inspirado no feminismo europeu onde as experiências das mulheres brancas são vistas como universais, ignorando que mulheres negras e indígenas estão em posições sociais e raciais desiguais as delas, onde mulheres negras são estereotipadas apenas como trabalhadoras domésticas, mães solo, vítimas da violência ou objeto de estudo sociológico, mas nunca como pensadora, produtora de conhecimento ou agente histórico.

Essa imagem usada pelo feminismo latino-americano de que todas as mulheres sofrem a mesma opressão é uma ideia de sororidade falsa, pois não se é exigido que as mulheres brancas revejam seus privilégios, reconheçam o racismo ou que deem espaço para as mulheres negras no debate. Dessa forma o feminismo hegemônico fala sobre a mulher negra, mas não abre espaço para ela falar por si.

Lélia então propõe um feminismo afro latino-americano que junto com a filosofia da amefricanidade resgata tradições africanas como o matriarcado e o papel central da mulher na organização social resgatando a experiência ancestral, cultural e política colocando a mulher negra como sujeito epistêmico, produtora de saber e personagem principal das lutas contra o patriarcado e o racismo.

3.3 A Mulher Negra como Sujeito Epistêmico.

Lélia Gonzalez passou grande parte de sua vida analisando o processo de silenciamento, deslegitimação e apagamento dos saberes afro-diaspóricos e como a colonialidade do poder implantou um processo histórico que destrói conhecimentos de um povo, deslegitima suas formas de pensar, desvaloriza suas tradições, silenciar suas vozes e impede que a contribuição de seus intelectuais sejam reconhecidos, sobretudo das mulheres negras, adiantando o que mais tarde Sueli Carneiro chamaria de epistemicídio.

O epistemicídio atua como um “anjo da morte” ceifando a inteligência negra nos campos da cultura, educação e linguagem, negando a mulher negra o direito de

pensar, interpretar e produzir conhecimento, colocando saberes africanos na posição de superstição, folclore ou até mesmo ignorância, reduzindo a mulher negra a posições subalternizadas e colocando o conhecimento branco como universal.

O sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nessa estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis de ensino brasileiro elementar, secundário, universitário o elenco das matérias ensinadas... constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. (NASCIMENTO apud GONZALEZ, 2020, p 32).

No campo da educação, a criança negra já cresce acreditando que não pensa tão bem como os brancos, pois não vê professores negros, não estuda autores negros, não estuda sobre a história africana e é tratada como incapaz e menos inteligente. Resultando desse processo foi o apagamento histórico de mulheres como Preta Simoa símbolo fundamental da resistência contra a escravidão no estado do Ceará, contribuindo para que o estado fosse o primeiro a abolir a escravatura, esse mesmo estado invisibiliza a participação de Preta Simoa que é figura histórica resgatada da memória e da vivência negra.

Outros nomes como Dandara dos Palmares (1654-1694) defensora e praticante da policultura no Quilombo dos Palmares, Tereza de Benguela (1700-1770) que atuou como líder do Quilombo do Piolho, Mãe Menininha do Gantois (1894-1986) símbolo da luta pela aceitação do Candomblé e contra a intolerância religiosa, Antonieta de Barros (1901-1952) professora e primeira mulher negra eleita no Brasil entre outras veem aos poucos ganhando visibilidade através dos movimentos negro que buscam preservar a memória e contribuição dessas mulheres. Como a lei nº 17.688/202 que incluiu no calendário estadual do Ceará o dia 25 de julho como dia Preta Tia Simoa, que tem como objetivo valorizar a memória e a contribuição das mulheres negras no Ceará.

Na linguagem o epistemicídio desqualifica as formas de expressão das populações negras onde a fala é vista como errada, “pobre”, desviada da norma culta ou carente de legitimidade.

A cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos aqui é diferente do português de Portugal. Nosso português não é português, e “pretuguês”. Se a gente levar em consideração, por exemplo, a atuação da mulher negra, a chamada “mãe preta”, que o branco quer adotar como exemplo do negro integrado, que aceitou a democracia etc. e tal, ela, na realidade, tem um papel importantíssimo como sujeito suposto saber nas bases mesmo da formação da cultura brasileira, na medida em que ela passa, ao aleitar as crianças brancas e ao falar o seu português (com todo um acento quimbundo, de ambundo, enfim, das línguas africanas), e ela que vai passar pro brasileiro, de um modo geral, esse tipo de pronuncia, um modo de ser, de sentir e de pensar. (GONZALEZ,2020, p.269)

Lélia Gonzalez (2020) denuncia essa violência simbólica afirmando que o chamado “português correto” funciona como instrumento de dominação, pois reforça a ideia de que apenas a linguagem europeia é válida, enquanto o falar negro é ridicularizado, infantilizado ou tratado como doença. Ela identifica o que chama de “pretuguês”, não como erro, mas como marca da herança linguística africana que resiste dentro da língua portuguesa, revelando ritmos, estruturas e sonoridades vindas das línguas bantu e iorubá.

Para Lélia, essa mistura não é um defeito, mas uma prova viva da presença africana na formação cultural e linguística do Brasil. A língua que o povo negro fala é resistência, memória e criação uma forma de afirmar a existência de outro modo de perceber o mundo.

A autora mostra que o epistemicídio atua quando esse modo de falar é inferiorizado, negando às mulheres negras o direito de expressar suas experiências sem serem corrigidas, silenciadas ou ridicularizadas. É o que ela define como “racismo por denegação”, onde a sociedade finge não ser racista, mas continua exercendo mecanismos sutis e profundos de exclusão.

Além disso, Lélia revela que o silenciamento da mulher negra não ocorre apenas por meio da linguagem, mas também pela forma como sua intelectualidade é tratada. As mulheres negras são frequentemente colocadas como objeto de estudo e

não como autoras, intérpretes ou produtoras de conhecimento. São estudadas, descritas e analisadas, mas raramente reconhecidas como filósofas, teóricas, cientistas ou formuladoras de categorias teóricas próprias.

Gonzalez (2018) rompe com essa lógica ao afirmar que a mulher negra é sujeito epistêmico porque sua experiência histórica, marcada pela resistência, ancestralidade e sobrevivência, produz saberes fundamentais para compreender as Américas. Para ela, o conhecimento produzido pelas mulheres negras nasce do corpo, da memória, do território e da vivência comunitária e não precisa passar pelos filtros coloniais para ser válido. Lélia evidencia que a sabedoria ancestral africana se mantém nas práticas do cotidiano, nas estratégias de cuidado, nas religiões afro-brasileiras, na musicalidade, na dança e na oralidade, mostrando que as mulheres negras são guardiãs desses conhecimentos e, por isso, ocupam posição central na epistemologia da amefricanidade.

A mulher negra, então, deixa de ser vista como a “outra” da história e passa a ser entendida como referência, como origem como aquela que sustenta a continuidade cultural afro-diaspórica. Sua existência é, por si só, um ato de resistência epistêmica. Ao assumir-se como sujeito epistêmico, ela rompe com a lógica colonial que tenta calar suas ideias e reivindica sua presença na filosofia, na política, na literatura, na educação e em todos os campos de produção do saber. Assim, a filosofia da amefricanidade transforma a mulher negra em fundamento teórico: ela não apenas participa da história, mas a explica; não apenas sofre os efeitos do racismo, mas compreende suas estruturas; não apenas vive a exclusão, mas elabora categorias críticas para combatê-la.

A mulher negra, como sujeito epistêmico, cria mundos, narra memórias, formula conceitos, rompe paradigmas e inscreve suas próprias tradições de pensamento. Portanto, ser sujeito epistêmico, na perspectiva de Lélia Gonzalez, é um gesto político e ancestral. É afirmar que a mulher negra pensa, interpreta, formula e transforma e que seu pensamento não precisa ser traduzido ou legitimado por epistemologias brancas para existir. Ela é, simultaneamente, guardiã da memória e criadora do futuro, sendo peça central na reconstrução de uma filosofia verdadeiramente descolonizadora.

3.4 Epistemologia da Resistência.

A epistemologia da resistência foi elaborada a partir do pensamento de Lélia que surge como crítica às estruturas coloniais que de forma histórica definiram quais conhecimentos seriam reconhecidos como verdadeiros. Para ela o colonialismo não apenas dominou o território ou a economia, mas estabeleceu um regime epistemológico que hierarquiza saberes, colocando o conhecimento europeu como universal e rejeitando os saberes afro-diaspóricos, desprezando esses saberes a condições inferiores, irracionais ou inexistentes. Nessa perspectiva resistir significa desafiar esse regime e afirmar outras formas de produzir, transferir e validar o conhecimento.

Gonzalez percebe que a resistência negra não se manifesta só em grandes eventos ou movimentos organizados, mas está diariamente presente nas práticas cotidianas que dessa forma garantem a sobrevivência cultural das populações negras, sendo a mulher negra protagonista desse processo pois foi ela quem preservou, adaptou e transferiu valores, memórias e saberes herdados das tradições africanas que atravessaram gerações por meio da oralidade, da linguagem, das práticas de cuidado e da religiosidade afro-brasileira como por exemplo o candomblé que compreende-se como um espaço fundamental de preservação da herança africana no Brasil, onde as mulheres negras ocupam posições centrais de liderança espiritual. Essa religiosidade não se restringe ao campo da fé, mas atua como forma de resistência ao apagamento cultural imposto pela colonização, validando identidades, saberes ancestrais e formas próprias de organização social (GONZÁLEZ,2018).

Dessa forma a epistemologia da resistência não se constrói apenas no campo teórico, mas pelo vínculo entre experiência, memória e ancestralidade. Por isso Lelia defende que a vivência negra não deve ser tratada apenas como objeto de estudo observado de fora, a partir de teorias construídas pela visão europeia e sim a partir das trajetórias históricas e sociais da população negra especialmente das mulheres negras tornando-se possível interpretar as relações de poder, raça e gênero nas sociedades latino-americanas rompendo a universalização da filosofia eurocêntrica em busca de um saber que nasce das realidades afro-diaspóricas.

Esse cenário dialoga diretamente com as reflexões de Cheikh Anta Diop sobre as sociedades organizadas em estruturas matriarcais que possuíam sistemas éticos, políticos e sociais complexos onde a mulher ocupava papel central na organização da vida comunitária e Lélia retoma essa herança ao demonstrar que mesmo após a interrupção violenta causada pela escravidão elementos dessas estruturas não desapareceram, mas se restabeleceram no contexto da diáspora onde a mulher negra e o elo entre passado e presente, preservando a ancestralidade que resiste.

A epistemologia da resistência nada mais é do que uma crítica direta ao epistemicídio, pois ao negar a presença africana na formação do pensamento brasileiro, as instituições educacionais, políticas e culturais contribuíram de forma sistemática para o silenciamento dos saberes negros e Lélia aponta que esse apagamento faz parte de um projeto político para manter a população negra longe de espaços de poder, então resistir é também uma forma de produzir memória, exigir autoria e ocupar espaços que foram historicamente negados.

A mulher negra não apenas resiste, ela cria possibilidades de existir e pensar fora desse sistema de dominação. Sua resistência torna-se prática epistemológica, seus saberes alimentam identidades, fortalece comunidades e oferecem ferramentas para compreender e transformar a realidade e ao reconhecer esses saberes é possível contribuir para a construção de uma filosofia que reconhece a diversidade epistêmica e rompe com a ideia de um único centro produtor de conhecimento.

Ao longo do desenvolvimento deste capítulo foi possível ver a importância da contribuição de Lélia Gonzalez a partir do seu conceito da categoria de amefricanidade, que sugere que a formação das Américas seja reinterpretada de uma forma que fique evidente o papel central das vivências africanas e afro-diaspóricas na organização cultural, política e intelectual do continente latino-americano.

Ao investigar as relações entre raça, gênero e colonialidade vimos que o racismo é uma estratégia para formar hierarquias sociais e epistemológicas onde a mulher negra é o principal alvo da dupla opressão que une racismo e sexismo. Porém o capítulo também nos deixou claro que ela não se reduz a indiferença, mas se afirmar como sujeito epistêmico.

Ao vermos a mulher negra como produtora de conhecimento e agente ativo da epistemologia da resistência é possível perceber que os saberes africanos sobreviveram à violência colonial e continuam vivos na sociedade brasileira, mesmo que invisibilizados. Ao redirecionar a mulher negra como sujeito epistêmico, Lélia contribui para a reconstrução da história, da memória e da produção do saber nas Américas, ampliando o espaço para epistemologia comprometidas com a ancestralidade e justiça social.

4 Pensadoras Negras e suas Contribuições

O presente capítulo tem como objetivo analisar as contribuições de pensadoras negras que são fundamentais para o entendimento das relações entre raça, gênero, classe e produção do conhecimento. Partindo do entendimento de que a filosofia e as ciências sociais foram historicamente estabelecidas por uma lógica eurocêntrica e excludente, este capítulo busca revelar como mulheres negras desenvolvem saberes próprios e seu comprometimento com a transformação social.

Em diálogo com Lélia Gonzalez, autora central deste trabalho, entende-se que a experiência da população negra, especialmente das mulheres negras não pode ser reduzida a alvo de análise externa ao contrário disso, é um lugar legítimo de produção de conhecimento, marcado pela resistência, pela memória e pela ancestralidade. Dessa forma, as pensadoras aqui citadas afirmam a mulher negra como sujeito político e epistêmico.

O capítulo expõe como as autoras Sueli Carneiro, Ângela Davis e Beatriz Nascimento criticam as formas de dominação. Sueli Carneiro denuncia o epistemicídio como instrumento da exclusão racial no campo do saber; Ângela Davis avalia a articulação entre racismo, sexismo e exploração de classe; e Beatriz Nascimento reconstrói a história negra a partir da memória, do território e da diáspora.

4.1 Sueli Carneiro e a crítica ao epistemicídio: raça, gênero e descolonização do saber.

A reflexão de Sueli Carneiro evidencia como o racismo não é suporte apenas para as relações sociais, mas também para os sistemas de produção, aprovação e acesso do conhecimento. Em diálogo com as contribuições de Cheikh Anta Diop e Lélia Gonzalez, Carneiro examina a colonialidade ao desenvolver o conceito de epistemicídio. Para a autora, o epistemicídio não se limita à negação assídua dos saberes produzidos por povos subjugados, mas compõe um processo histórico, contínuo e sistemático responsável por desqualificar e excluir os saberes intelectuais e cognitivos da população negra.

Consiste em uma violência estrutural que afeta a capacidade de aprender, produzir conhecimento e ser reconhecido como sujeito racional. Segundo Sueli Carneiro:

Para nós, porém, o epistemicídio e, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, restituí-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender. (CARNEIRO.2005, p 97).

Essa definição revela que o epistemicídio opera de forma simultânea ao invalidar os saberes dos povos dominados também invalida sua humanidade, uma vez que a racionalidade ocidental foi historicamente colocada como critério de participação do mundo civilizado. Ao negar legitimidade do conhecimento de sujeitos negros nega-se também a capacidade de pensar, interpreta e explicar o mundo. Dessa forma, o racismo também causa a exclusão intelectual.

Sueli Carneiro destaca que o pensamento europeu moderno construiu imagens negativas sobre os povos africanos, associando-os a falta de racionalidade, a ausência de espírito crítico e a incapacidade de organização social. Essas ideias serviram para justificar a escravidão e a colonização, ao apresentar os africanos como inferiores e dependentes (CARNEIRO, 2005, p.99)

No Brasil, esse processo teve efeitos profundos, pois segundo Sueli Carneiro os sistemas de controle do pensamento, especialmente aqueles praticados pela Igreja Católica, contribuíram para desaprovar ideias e limitar o acesso ao conhecimento, onde a população negra foi a mais afetada. (CARNEIRO,2005, p.102). Assim, a história do

epistemicídio contra os afrodescendentes está conectada à própria formação do país, marcada por desigualdades raciais e sociais contínuas.

Esse processo afeta de maneira ainda mais intensa as mulheres negras. Elas enfrentam o racismo e o sexismo ao mesmo tempo, sendo colocadas como incapazes de ocupar espaços intelectuais. Duplamente desvalorizada por ser negra tem seus conhecimentos negados; como mulher, e historicamente afastada da ideia de racionalidade. Mesmo assim, as mulheres negras produzem conhecimento e resistem a construir formas próprias de ver o mundo.

A contribuição de Sueli Carneiro dialoga com Lélia Gonzalez ao afirmar que a experiência da mulher negra não é apenas marcada pela opressão, mas também pela produção de saberes que nascem da vivência cotidiana, da memória e da resistência. Reconhecer a mulher negra como sujeito de conhecimento é um passo fundamental para a descolonização do saber.

Esse pensamento prepara o caminho para o pensamento de Ângela Davis, que aprofunda a análise das relações entre raça, gênero e classe, mostrando como mulheres negras ocupam posição central nas lutas por justiça social. Assim como Carneiro, Davis denuncia as estruturas que produzem a exclusão social e intelectual, ao mesmo tempo em que destaca o papel das mulheres negras como agentes de transformação.

A obra de Sueli Carneiro contribui para a construção de uma epistemologia comprometida com a valorização dos saberes negros. Sua crítica ao epistemicídio mostra que não é possível pensar a democracia, a educação e a justiça social sem enfrentar as formas de negação do conhecimento produzido pela população negra, especialmente pelas mulheres negras.

4.2 Ângela Davis e o pensamento feminista negro como pratica de resistência.

Ângela Davis contribui para compreensão da condição histórica da mulher negra a partir da conexão entre raça, gênero e classe. Em *Mulheres, raça e classe* a autora demonstra que a experiência das mulheres negras deve ser explicada não só

pela opressão de gênero, mas também pela herança da escravidão, pelo racismo estrutural e pela exploração do trabalho.

Durante o período da escravidão, as mulheres, as mulheres negras, diferente das mulheres brancas, que eram associadas a fragilidade, foram forçadas ao trabalho pesado, exercendo funções consideradas “masculinas”. Esse processo teve consequências duradouras na construção dos estereótipos raciais e de gênero: “Obrigadas pelos senhores de escravos a trabalhar de modo tão “masculino” quanto seus companheiros, as mulheres negras devem ter sido profundamente afetadas pelas vivências durante a escravidão” (DAVIS,2016, p.29).

Essa imposição histórica serviu como base para a desumanização das mulheres negras, que passaram a ser vistas como corpos destinados ao trabalho, à resistência física e à submissão. Essa análise dialoga com Lélia Gonzalez, que denuncia a exclusão da mulher negra do feminismo branco.

Ângela Davis reconhece a importância do movimento feminista, mas também destaca que ele foi marcado pela invisibilização das mulheres negras e pela centralidade das demandas das mulheres brancas de classe média. Ela também reconhece que o surgimento do movimento teve impactos indiretos na luta negra: “Por mais omissas que as primeiras militantes pelos direitos das mulheres tenham sido em relação a condição de suas irmãs negras, os ecos do novo movimento de mulheres foram ouvidos por toda a luta organizada pela libertação negra” (DAVIS,2016, p.71).

Esse trecho deixa evidente que as mulheres negras nunca estiveram desinteressadas pelas lutas de independência, mesmo frequentemente excluídas dos espaços de militância feminista, elas construíram formas próprias de resistência, articulando luta racial, sobrevivência econômica e enfrentamento ao sexismo.

Essa interpretação se aproxima da ideia de Lélia Gonzalez que entende a resistência das mulheres negras como prática cotidiana e coletiva. Um dos momentos mais representativos analisados por Ângela Davis é o discurso de Sojourner Truth, no qual a pergunta “Não sou eu uma mulher?” deixa explícito o racismo presente no movimento feminista e Davis ver esse discurso como uma crítica a universalização da experiência branca:

Quando essa mulher negra se levantou para falar, sua resposta aos defensores da supremacia masculina também trazia uma profunda lição para as mulheres brancas. Ao repetir sua pergunta, “Não sou eu uma mulher?”, nada menos do que quatro vezes, ela expunha o viés de classe e o racismo do novo movimento de mulheres (DAVIS,2016, p.74)

Esse episódio demonstra como a luta das mulheres negras sempre foi uma via dupla contra o patriarcado e também contra o racismo e que a luta pela libertação feminina não é útil sem considerar as desigualdades raciais e econômicas. Assim como Lélia Gonzalez, Ângela Davis denuncia que os discursos feministas ignoram a raça como categoria de análise.

Davis destaca que muitas mulheres negras demonstraram seu compromisso com a liberdade por meio do trabalho comunitário, da organização política e da resistência cotidiana: “Enquanto isso, um grande número de mulheres negras manifestava seu compromisso com a liberdade e com a igualdade de formas menos diretamente relacionadas com o recém-organizado movimento de mulheres” (DAVIS,2016, p. 75).

Aqui vemos o quanto a luta das mulheres negras pode ser observada por fora dos limites formais, ele se constrói principalmente na prática social, no cuidado coletivo e na defesa da dignidade humana. É possível compreender que o feminismo negro e uma prática política enraizada na experiência vivida. Outro ponto importante nos escritos de Ângela Davis é a situação das trabalhadoras domésticas, onde ela mostra que esse tipo de trabalho esteve de forma histórica ligado a desvalorização moral e intelectual das mulheres negras.

Segundo a autora: “Desde o período da escravidão, a condição de vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas têm sustentado muitos mitos duradouros sobre a ‘imoralidade’ das mulheres negras”(DAVIS,2016,p.101).Esses mitos reforçam um ‘círculo vicioso’ onde trabalho doméstico é visto como degradante pois é predominantemente realizado por mulheres negras que também são colocados como incapazes dialogando com a crítica ao epistemicídio formulada por Sueli Carneiro, pois essas estigmas atuam como mecanismos de negação da mulher negra enquanto produtora de saber.

A Partir daí Davis também traz a defesa de que a educação é também um instrumento de libertação e que a ideia de inferioridade intelectual da população negra deve ser desconstruída pois o desejo pelo conhecimento sempre esteve presente, mesmo com as proibições impostas pelo sistema escravista e pós-escravista: “A população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere a aquisição de educação” (DAVIS,2016, p.110).

Para ela, o fato de o acesso à educação ter sido sistematicamente negado comprova que os racistas viam o conhecimento como uma ameaça. Essa reflexão se articula com Lélia Gonzalez que entende o saber produzido a partir da experiência negra como forma de resistência e construção de autonomia. Por fim, Ângela Davis analisa como, ao longo do século XX, o racismo e o sexismo passaram a operar de maneira ainda mais articulada, fortalecendo estruturas de dominação e exclusão: “Com a chegada do século XX, um casamento ideológico sólido uniu racismo e sexismo de uma nova maneira” (DAVIS,2016, p.127).

Esse ponto reforça a importância de uma abordagem interseccional onde a mulher negra é compreendida não só como vítima das opressões, mas também como sujeito histórico, político e epistêmico. Assim, Ângela Davis contribui diretamente com Lelia Gonzalez e Sueli Carneiro, fortalecendo a compreensão da mulher negra como sujeito central na luta pela descolonização do saber.

4.3 Beatriz Nascimento: memória, quilombo e a reconstrução da história negra.

O pensamento de Beatriz Nascimento ocupa um lugar fundamental no campo dos estudos afro-brasileiros, especialmente por sua contribuição à reconstrução da história negra a partir da memória, da diáspora e do território. Incluída no campo que busca a ampliação das pesquisas sobre a história das mulheres. Beatriz Nascimento rompe com leituras tradicionais que reduzem as negras a condição de subalternidade passiva, reafirmando-os como protagonistas de suas próprias trajetórias históricas.

O aumento dos estudos sobre a história das mulheres tem colaborado para tornar evidente os protagonismos femininos ao longo do tempo, compreendendo a feminilidade como uma construção histórica e cultural. No campo da história, cresce o

interesse por analisar estratégias de resistência protagonizadas por mulheres e outros sujeitos subalternizados, questionando hierarquias rígidas e excludentes (COSTA; SILVA, 2023, p7). Beatriz Nascimento propõe uma leitura crítica da história afro-brasileira, comprometida com a valorização das experiências negras e, especialmente, das mulheres negras.

Ao trabalhar com a história de populações subalternizadas, Beatriz Nascimento alerta para o risco de estudos que naturalizam as desigualdades ao destacar apenas a opressão, sem considerar as formas de resistência construídas por esses sujeitos. Segundo Costa e Sila (2023), perspectivas eurocentrismo tendem a solidificar explicações binárias e hierarquizadas do mundo, como masculino/feminino, branco/negro e civilizado/bárbaro o que empobrece a compreensão da complexidade histórica das sociedades (COSTA; SILVA, 2023, p8). Por outro lado, Beatriz dialoga com perspectivas coloniais e interseccionais, propondo uma leitura crítica do passado que reconhece a diversidade dos sujeitos históricos.

Na prática, essa visão teórica aproxima Beatriz Nascimento do pensamento de Lélia Gonzalez, autora central deste trabalho. Elas rompem com o eurocentrismo presentes na historiografia tradicional, afirmando a necessidade de produzir conhecimento a partir da experiência negra e afro-diaspórica. Ambas defendem que a história e a cultura afro-brasileira devem ser analisadas a partir de experiências construídas e vivenciadas pelos sujeitos que vivem essas realidades.

O alicerce do pensamento de Beatriz Nascimento e o reconhecimento da diáspora africana como base da história afro-brasileira. Para a autora, a diáspora não foi só o deslocamento forçado dos africanos para as Américas, vai além pois envolve a criação de novas formas de pertencimento, identidade e organização coletiva. Partindo desse entendimento Beatriz elabora sua reflexão sobre o quilombo, concedido como uma categoria política, histórica e epistemológica fundamental para a compressão da resistência negra no Brasil (COSTA; SILVA, 2023, p.19).

O quilombo deve ser visto como central na história brasileira, e não marginalizado como as interpretações historiográficas fazem, o quilombo não é apenas um espaço de fuga ou isolamento ele deve ser visto como território de produção de vida, cultura e autonomia. Tal pensamento dialoga diretamente com Lélia Gonzalez que

reconhece nos espaços afro-diaspóricos formas de resistência cultural e política que atravessam o tempo e permanecem vivas na sociedade contemporânea.

A trajetória intelectual e política de Beatriz Nascimento também se articula com o fortalecimento dos movimentos negros no Brasil, especialmente com o Movimento Negro Unificado (MNU). A atuação do MNU foi marcada pela denúncia do mito da democracia racial, pela valorização da estética negra e pela promoção de pesquisas e debates voltados à ressignificação da história da população negra no país (COSTA; SILVA, 2023, p.22). Esse cenário influenciou profundamente a produção das obras de Beatriz, que entende o conhecimento como instrumento de luta e transformação social.

Ao resgatar a memória da população negra com base na diáspora e dos quilombos, Beatriz Nascimento contribui para uma reconstrução da história brasileira que reconhece o protagonismo negro e especialmente o papel das mulheres negras. Essas mulheres aparecem como guardiãs da memória coletiva, responsáveis pela transmissão de saberes, valores culturais e práticas de resistência que atravessam gerações. Esse entendimento se aproxima do conceito de amefricanidade desenvolvido por Lélia Gonzalez, que diz que a memória ancestral, o corpo e o território são elementos centrais da produção de conhecimento afro-diaspórico.

Dessa forma Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento pensam e afirmam a mulher negra como sujeito epistêmico, produtora de história e conhecimento, e não como objeto de estudo, ambas rompem com a lógica colonial que silencia vozes negras. Assim a obra de Beatriz Nascimento contribui para consolidar uma epistemologia da resistência, articulando memória, território e identidade como fundamentos para a descolonização do saber.

Sua contribuição reforça a necessidade de reconhecer as mulheres negras como protagonistas na construção histórica e epistemológica do Brasil, rompendo com hierarquias raciais e epistemológicas impostas pelo colonialismo e afirmando novos caminhos para a produção do conhecimento.

As reflexões aqui tratadas nos mostram a importância das contribuições das pensadoras negras com suas produções teóricas questionando o pensamento eurocêntrico, o racismo, o patriarcado e a desigualdade social e também expondo que

as experiências históricas das populações negra e uma nova possibilidade de compreender o mundo. Sueli Carneiro demonstra que o epistemicídio e uma estrutura de exclusão, ao negar às pessoas negras o reconhecimento como sujeitos capazes de adquirir, compreender e partilhar o conhecimento, a dominação racial atua na produção e legitimação do conhecimento.

Já Ângela Davis nos mostra como o racismo, sexismo e classe se articulam de forma histórica afetando a vida das mulheres negras, e revela como o feminismo ignora a questão racial. Beatriz Nascimento contribui para esse debate ao estruturar a história negra a partir da memória coletiva, do território e da diáspora africana. Sua reflexão sobre os quilombos resgata a centralidade da resistência negra na formação das sociedades americanas.

Em diálogo com Lélia Gonzalez esse capítulo reforça a necessidade de reconhecer as pensadoras negras não apenas como objeto de estudo, mas como protagonistas na construção de saberes capazes de promover a descolonização do pensamento e a valorização da mulher negra como sujeito histórico e epistêmico.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo central refletir sobre o matriarcado africano e a desvalorização histórica da mulher negra, a partir das contribuições de Cheikh Anta Diop e, sobretudo, da filosofia de Lélia Gonzalez, articulando esse debate com pensadoras negras que aprofundam a crítica ao racismo, ao patriarcado e à colonialidade do saber. Ao longo da pesquisa, buscou-se demonstrar que a marginalização da mulher negra não é um fenômeno natural ou acidental, mas resultado de um processo histórico de dominação colonial que atuou simultaneamente no plano material, simbólico e epistemológico.

No primeiro momento do trabalho, ao discutir a história da África e o matriarcado, foi possível evidenciar que as sociedades africanas pré-coloniais possuíam sistemas sociais complexos, nos quais a mulher ocupava papel central na organização comunitária, na transmissão da memória e na sustentação ética da vida coletiva. A leitura de Diop permitiu compreender que o matriarcado africano não pode ser interpretado como sinônimo de atraso, mas como uma forma própria de civilização, marcada pela centralidade da coletividade, da solidariedade e do equilíbrio entre os sujeitos. A transição para o patriarcado, nesse sentido, manifestou-se não como uma evolução histórica interna, mas como uma imposição violenta do colonialismo europeu, que desestruturou instituições, redefiniu relações de poder e deslegitimou os saberes africanos.

Na sequência, ao aprofundar a reflexão sobre a filosofia da amefricanidade em Lélia Gonzalez, o trabalho demonstrou como a experiência negra nas Américas deve ser compreendida a partir de uma perspectiva que ultrapassa fronteiras nacionais e rompe com leituras eurocêntricas da história. A amefricanidade, enquanto categoria político-cultural e filosófica, mostrou-se fundamental para compreender a formação das sociedades latino-americanas a partir da centralidade africana e indígena,

reconhecendo a presença negra não apenas como força de trabalho explorada, mas como sujeito histórico, produtor de cultura, política e pensamento.

Lélia Gonzalez revelou-se, ao longo deste trabalho, uma autora fundamental para a filosofia descolonial brasileira e latino-americana. Sua crítica ao racismo por denegação, ao mito da democracia racial e ao feminismo hegemônico evidenciou como o colonialismo continua operando nas estruturas sociais, nas instituições e nas epistemologias. Ao articular raça, gênero e classe, Lélia expôs as especificidades da opressão vivida pela mulher negra, denunciando a falsa universalização das experiências femininas e reivindicando o reconhecimento da mulher negra como sujeito epistêmico.

A centralidade da mulher negra como eixo epistemológico e político estruturou uma das principais conclusões deste trabalho. Ao longo da história, a mulher negra foi sistematicamente silenciada, hipersexualizada e reduzida a posições de subalternidade. No entanto, como demonstrado pelas autoras analisadas, essa mesma mulher sempre resistiu, reinventou estratégias de sobrevivência e produziu saberes que desafiam a lógica colonial. Seja na oralidade, na religiosidade, na organização comunitária ou na produção intelectual, a mulher negra ocupou e ocupa um lugar central na preservação da memória africana e na construção de projetos coletivos de liberdade.

A análise das contribuições de Sueli Carneiro permitiu aprofundar essa compreensão ao introduzir o conceito de epistemicídio como chave interpretativa do apagamento histórico dos saberes negros. O epistemicídio, enquanto dispositivo do racismo estrutural, mostrou-se responsável não apenas pela exclusão material da população negra, mas também pela deslegitimação de suas formas de conhecimento, afetando diretamente a autoestima, a identidade e as possibilidades de produção intelectual. Nesse processo, a mulher negra aparece como um dos principais alvos do epistemicídio, mas também como uma de suas maiores forças de enfrentamento.

A articulação com Ângela Davis ampliou essa discussão ao evidenciar que a opressão das mulheres negras não pode ser compreendida de forma isolada, mas como resultado da intersecção entre racismo, sexismo e exploração de classe. A partir da experiência da escravidão e do pós-abolição, Davis demonstrou que as mulheres negras sempre estiveram no centro das lutas por liberdade, educação e justiça social,

mesmo quando foram invisibilizadas pelos movimentos feministas e pelas narrativas oficiais da história. Essa leitura dialoga diretamente com Lélia Gonzalez ao reforçar a necessidade de um feminismo que parta da experiência concreta das mulheres negras.

Ao incorporar o pensamento de Beatriz Nascimento, o trabalho avançou na compreensão da resistência negra a partir da noção de quilombo, entendido não apenas como espaço físico, mas como categoria histórica, política e simbólica. O quilombo, enquanto projeto de liberdade, revelou-se fundamental para compreender as formas de organização coletiva e de resistência da população negra, especialmente das mulheres, que atuavam como lideranças, guardiãs da memória e articuladoras da vida comunitária. Essa perspectiva fortalece a leitura da mulher negra como sujeito histórico ativo e como produtora de saberes descoloniais.

Dessa forma, os objetivos propostos no início do trabalho foram alcançados na medida em que se conseguiu demonstrar a existência de uma tradição africana marcada pelo protagonismo feminino, analisar criticamente os efeitos da colonização na desvalorização da mulher negra e evidenciar as contribuições de pensadoras negras para a construção de epistemologias descoloniais. O diálogo entre Diop, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Ângela Davis e Beatriz Nascimento permitiu construir uma reflexão consistente, situada e comprometida com a transformação das estruturas de poder que sustentam o racismo e o patriarcado.

Como caminhos futuros de aprofundamento, este trabalho aponta para a necessidade de ampliar os estudos sobre filosofias africanas e afro-diaspóricas nos currículos acadêmicos, especialmente nos cursos de filosofia, história e ciências sociais. Também se mostra fundamental investir em pesquisas que valorizem a produção intelectual de mulheres negras brasileiras e africanas, ainda pouco reconhecidas nos espaços acadêmicos. Além disso, novas investigações podem aprofundar a relação entre matriarcado, quilombo e epistemologias negras, contribuindo para a consolidação de um campo de estudos verdadeiramente descolonial.

Do ponto de vista acadêmico e social, espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento de uma filosofia comprometida com a justiça racial, a valorização da memória africana e o reconhecimento da mulher negra como sujeito pleno de conhecimento. Ao afirmar a resistência da mulher negra como eixo epistemológico e

político, reafirma-se também a urgência de transformar as estruturas que historicamente negaram sua humanidade, sua inteligência e sua capacidade de pensar o mundo

Concluir este trabalho, portanto, é também reafirmar que pensar a partir da amefricanidade, da experiência negra e da resistência feminina não é apenas um exercício teórico, mas um compromisso ético e político com a construção de outras formas de existir, conhecer e viver em sociedade.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Muryatan S. **Eurocentrismo, história e história da África**. Sankofa, São Paulo, n.1, p.69-85,2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/sankofa/article/viem/88723>. Acesso em:10 jun.2025.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- COSTA, Adriana; SILVA, Alessandra dos Santos da. **Beatriz Nascimento: quilombo na luta contra o racismo**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. (Coleção Mulheres na Sala de Aula).
- CARVALHO, Rafaela Oliveira; TUBENTO, Maria Elizabete Araujo. **Matriarcado africano: Uma análise nos escritos dos feminismos**. Tensões Mundiais, Fortaleza, v.17, n.93-111, maio/ago.2021.
Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/3395>. Acesso em:29 jul.2025.
- DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra: esferas do patriarcado e matriarcado** na antiguidade clássica. Tradução: Silvia Cunha Neto. Portugal: Edições Mulemba; Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, 2014. (Coleção Reler África)
- EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2018
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Organizado por UCPA (União dos Coletivos Pan-Africanistas). São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- MACIEL, Adriana. **Sociedades africanas e o conceito de gênero: possíveis contribuições**. Revista EFT, São Paulo, v.29, n.146, p.44-45, maio 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/sociedades-africanas-e-o-conceito-de-genero-possiveis-contribuicoes/>. Acesso em: 29 jul.2025.
- NEGREIROS, Regina. **Ancestralidade e matriarcado: implicações político-religiosas no ocidente**. Política por Elas, 2014. Disponível em: <https://politicaporelas.tu.br/colunas/ancestralidade-e-matriarcado-implicacoes-politico-religiosas-no-ocidente/>. Acesso em:12 ago.2025.
- OLIVEIRA, Fernanda Chamarelli de. **O matriarcado e o lugar social da mulher em África: uma abordagem afrocentrada a partir de intelectuais africanos**. Odeere:

Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Vitória da Conquista, v.3, n.6, p.316-338, jul./dez.2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/odeere.v3i6.4424>. Acesso em:29 jul.2025.

PRAXEDES, Walter. **Eurocentrismo e racismo nos clássicos da filosofia e das ciências sociais.**

Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/filé/2010/artigos/FILOSOFIA/Artigos/Walter_praxedes.pdf. Acesso em: 10 jun.2025

SILVA, Vinícius da; LONDERO, Josilene Candido. **Do matriarcado ao**

patriarcalismo: formas de controle e opressão das mulheres. Santa Cruz do Sul: Instituto de Pesquisas de Santa Cruz do Sul (PESC), 2016. Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conages/2016/TRABALHO_EV053_MD1_SA8_ID48_21042016135430.pdf. Acesso em: 29 Jun.2025.

SOMÉ, YOPOREKA. **A África e a filosofia.** Revista Sífiso, v. 1, n. 4, p. 80-99, nov.2016. ISSN 2359-3121.

ANEXO
DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que este Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia/Tese/Dissertação), escrito sob minha orientação, está em versão final, de acordo com as solicitações realizadas pela banca examinadora.

Informo também que procedi à revisão final do texto, constatando que atende às especificações das normas da ABNT para apresentação de trabalhos acadêmicos da UFCA, no que diz respeito ao conteúdo e à formatação.



Documento assinado digitalmente
LUIZ MANOEL LOPES
Data: 01/04/2026 14:47:42-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Luiz Manoel Lopes]

JUAZEIRO DO NORTE-CE 26 DE MARÇO DE 2026